

## ARTIGOS

Bruno do Vale Novais<sup>1</sup>

### O QUE É DIPLOMACIA CULTURAL?

#### WHAT IS CULTURAL DIPLOMACY?

#### RESUMO:


Este artigo identifica quais são os jogos de poder que estão implícitos nas práticas de diplomacia cultural na contemporaneidade para compreender, *a posteriori*, o que é essa esfera político-social. Diplomacia cultural é, de maneira geral, a atuação dos países no âmbito das relações internacionais por meio de ações simbólicas as quais têm sido utilizadas com objetivos os mais diversos. Em termos de procedimentos metodológicos-interpretativos, escolhe-se quatro momentos situados na história da civilização ocidental (a Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim, o 11 de setembro e a emergência da China como possível potência global a partir de 2010) com o propósito de verificar se, na trajetória do primeiro ao último, houve movimentação de estruturas e criação de novas, relativas ao objeto em análise, e como esses fatos históricos mundiais implicaram no desenvolvimento da diplomacia cultural da América Latina, em especial realizada pelo Brasil. Compreende-se que, a diplomacia cultural é hoje um instrumento do jogo de poder dos Estados na arena das relações internacionais. Os fatores econômicos são os grandes norteadores das ações dos países por meio das definições das políticas externas e sustentadas pelos corpos diplomáticos. No caso específico do Brasil, a cultura entra como um tema, uma possibilidade, uma estratégia de convencimento quando necessária. Prevalece o discurso da diversidade/diferença, mas, na prática as áreas que ainda são valorizadas pela diplomacia cultural brasileira são as eruditas, com destaque para a produção literária. A diplomacia cultural é, portanto, peça-chave para a consolidação do processo de inserção internacional do Brasil em todos os continentes, pois a própria construção da cultura, por meio do intercâmbio, é processo dinâmico e de apropriação de elementos simbólico-culturais realizados por povos em diversos territórios e espaços geográficos do mundo – o que pode transformar o lugar do Brasil no mundo: de economicamente em desenvolvimento para culturalmente *global player*.

**Palavras-chave:** Relações Internacionais e Cultura. Diplomacia Cultural. Políticas Culturais.

#### ABSTRACT:

This paper identifies which power games are implicit in the practices of cultural diplomacy in contemporary times to understand, *a posteriori*, what is this political-social sphere. Cultural diplomacy is, in general, the actions of countries in the field of international relations through symbolic actions that have been used with the most diverse objectives. In terms of methodological-interpretative procedures, four moments are chosen in the history of Western civilization (the Cold War, the fall of the Berlin Wall, 9/11 and the emergence of China as a possible global power from 2010) with the purpose of verifying whether, in the trajectory of the first to the last, there was movement of structures and creation of new ones, related to the object under analysis, and how these historical world facts implied the development of cultural diplomacy in Latin America, especially carried out by Brazil. It is understood that cultural diplomacy is today an instrument of the power play of states in the arena of international relations. Economic factors are the great guidelines of the actions of the countries through the definitions of foreign policies and sustained by the diplomatic bodies. In the specific case of Brazil, culture enters as a theme, a possibility, a strategy of convincing when necessary. The discourse of diversity/difference prevails, but in practice the areas that are still valued by Brazilian cultural diplomacy are the erudite, with emphasis on literary production. Cultural diplomacy is, therefore, a key part for the consolidation of Brazil's international insertion process on all continents, because the very construction of culture, through exchange, is a dynamic process and appropriation of symbolic-cultural elements carried out by peoples in various territories and geographical spaces of the world – which can transform Brazil's place in the world: from economically developing to culturally global player.

**Keywords:** International Relations and Culture. Cultural Diplomacy. Cultural Policies.

<sup>1</sup> Mestre em Cultura e Sociedade pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da UFBA (2013). produtorbrunocultural@gmail.com.  <https://orcid.org/0000-0001-8224-1470>

## INTRODUÇÃO

Este artigo identifica jogos de poder implícitos nas práticas de diplomacia cultural na contemporaneidade e compreende o que é essa esfera político-social. Diplomacia cultural é, de maneira geral, a atuação dos países no âmbito das relações internacionais por meio de ações simbólicas as quais têm sido utilizadas com objetivos os mais diversos. Para um entendimento mais bem fundamentado do assunto em tela, escolhe-se quatro momentos situados na história da civilização ocidental com o propósito de verificar se, na trajetória do primeiro ao último, houve movência de estruturas e criação de novas, relativas ao objeto em análise. Assim, em primeiro lugar, seleciona-se o período da Guerra Fria, a qual se iniciou após o final da Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945. Posteriormente, o contexto da queda do Muro de Berlim e oficialização dos Estados Unidos da América (EUA) como superpotência hegemônica global. Depois, a nova configuração internacional ocorrida após o atentado que aconteceu em 11 de setembro de 2001 nas cidades estadunidenses de Nova York e em Washington, e posterior emergência do discurso de “Guerra ao Terror” como diretriz da política externa dos EUA. Por fim, no período mais recente, a partir do ano de 2010, a emergência da China como possível potência global e ameaça à supremacia dos EUA, na liderança das relações internacionais do período atual.

A pergunta que norteia esse trabalho é: em que medida o cenário de jogos de poder mundial influencia as práticas de diplomacia cultural? Essa questão conduz a outra interrogação que coloca o espaço Brasil em cena: qual é o lugar de fala da cultura na diplomacia e na política externa brasileiras? Ambas as indagações ajudarão a desenvolver a presente análise. Antes de prosseguir com esta escritura, cabe propor uma reflexão para ajudar no debate proposto: mas, o que é diplomacia cultural? De maneira simplista, responde-se que é a ação dos países em difundir sua produção cultural no exterior e recepcionar a produção cultural estrangeira em seus territórios nacionais. Nessas poucas linhas, nota-se, de imediato, o protagonis-

mo do agente Estado no desenvolver da diplomacia cultural. Entretanto, não se busca defender uma origem fixa para a diplomacia cultural, pois já se entendeu que toda palavra com perspectiva de ser absoluta é frágil e se configura como mito, uma vez que “o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada na origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate”. (FOUCAULT, 1979, p.18). Diplomacia cultural é, portanto, campo de atuação na História – é realizada por sujeitos em distintas partes do mundo e em diferentes períodos: existe desde que pessoas de diferentes localidades começaram a manter contato. Afinal, as sociedades têm se constituído a partir do intercâmbio de culturas, de formas particulares de sobrevivência e reinvenção do mundo.

## DIPLOMACIA CULTURAL EM QUATRO MOMENTOS DE JOGOS DE PODER NA ARENA MUNDO

Feita essa apresentação, sugere-se retorno ao conhecimento sobre o que se conceituou por Guerra Fria. A historiografia afirma que, no período entre 1945 e 1991, ocorreu disputa de poder mundial entre os dois países com maior aparato bélico e econômico nesse contexto, EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Essa tensão, no entanto, não se concretizou plenamente por meio de embate direto de tropas militares nos territórios geográficos de ambos os países. O nome Guerra Fria significa, portanto, uma disputa indireta por áreas de influências mundiais: EUA defendeu a bandeira do capitalismo e a URSS, do socialismo como modelos diferentes de desenvolvimento.

O Brasil vivenciava momento antagônico: no âmbito internacional, aliou-se ao bloco capitalista pela defesa da democracia contra o nazifascismo. No espaço doméstico, prevalecia a ditadura do Estado Novo, iniciado por Getúlio Dornelles Vargas em 1937. A sociedade passou a cobrar, então, que a democracia fosse (re)implantada no país. Logo, uma interrogação emerge: esse dilema entre alinhamento ao ocidente democrático em contradição ao contexto interno de ditadura repercutiu sobre a diplomacia cultural? Para tentar dis-

cutir essa questão, discorrer-se-á brevemente sobre a política externa do Brasil nesse período, uma vez que aquela faz parte desta.

Ainda no período da Segunda Guerra Mundial, os EUA utilizaram a estratégia de investimentos em países da América Latina para conseguir aliados ao bloco ocidental na conjuntura do conflito bélico. No caso específico da cultura, pouco antes, no período a partir da década de 1930, a cantora luso-brasileira, Carmem Miranda, foi escolhida como espelho para a difusão da cultura do Brasil no mundo com projeção tutelada pelos EUA. Não se pode, contudo, dizer que a presença de Carmem Miranda se configura como diplomacia cultural. Ela refere-se à difusão do estereótipo da mulher colonizada, cujas entrelinhas indicam a relação subalterna do Brasil perante o líder mundial. Ou seja: o caráter subordinado da própria construção da imagem internacional do Brasil, calcada em alegria fútil, mistura pacífica de raças e disposição sexual para servir ao senhor do dinheiro mundial – os EUA. Essa alegria e felicidade do cantar e dramatizar de Carmem Miranda não escondeu a imposição dos EUA para que o Brasil adentrasse à guerra, e a subserviência brasileira em concordar com a difusão de sua cultura por meio do estereótipo da artista em tela.

Com o final da Guerra Fria, simbolizada pela queda do Muro de Berlim, em 1989, o processo de globalização se torna mais intenso. Os países buscam, então, projetar seus valores e imagens no cenário internacional por meio da instrumentalização da cultura, principalmente via meios massivos de comunicação, sobretudo, a televisão. O discurso do fim da História, de Francis Fukuyama (1992), da Nova Ordem Mundial ou mesmo do choque de civilizações, pelo cientista político Samuel Huntington (1997), estão calcados no entendimento de que o fim do regime socialista soviético implicaria em liberdade para os povos. A cultura seria, por conseguinte, peça chave desta reconfiguração política internacional, pois o projeto de integração neoliberal, já iniciado nos anos 1970, principalmente na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Chile compreendia que seria necessário dialogar com o simbólico de cada território para impor seu projeto de poder. Entende-se que o imperialismo da globalização

passou a integrar o conceito de diversidade cultural como uma estratégia de submissão. Os meios massivos de comunicação foram, para esse fim, instrumentos estratégicos de consolidação do discurso cultural neoimperialista, principalmente, por parte dos grandes conglomerados comunicacionais televisivos estadunidenses. (SAID, 1995, p. 345).

Justamente por meio da televisão, pessoas de todos os continentes assistiram ao vivo o ocorrido em Washington e Nova York no dia 11 de setembro de 2001 – data que marcou o início do novo milênio para as relações internacionais. Após esse fato, a grande potência hegemônica mundial, os Estados Unidos da América, adotou discurso e política externa intitulados por: Guerra ao Terror. O alvo determinado foi o mundo islâmico, principalmente a figura de Osama Bin Laden como estereótipo. O “outro” se torna o principal motivo de medo, insegurança, incerteza e, sobretudo, ameaça. (MAGNOLI, 2004, p.171). O mal teria que ser devastado do planeta sob a liderança da Nova Roma. Retorna-se ao mito, à predestinação do novo povo eleito que teria a missão de salvar o Ocidente das mazelas trazidas pelos muçulmanos – pelos orientais. O Brasil, por sua vez, não assume relação de estreitamento para com essa postura; ao contrário: começa a articular conexões em seu entorno geográfico, especificamente, a América do Sul. (VIZENTINI, 2008, p.100). Isso ocorre uma vez que não poderia seguir os rumos do país que tem a indústria bélica como mola propulsora de sua economia. A comunidade árabe no território brasileiro, por exemplo, tem cerca de 16 milhões de pessoas. Há investimentos econômicos e relações diplomáticas com a maioria dos países árabes. Mesmo que o líder mundial tenha se dirigido contra esses orientais, o Brasil não copiou essa atitude.

Em 2003, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, Celso Amorim torna-se Ministro das Relações Exteriores. Sob essa chancelaria, o Brasil reforça ainda mais os laços com o mundo árabe em termos políticos, econômicos, diplomáticos e culturais. Durante as gestões de Lula, foi fundada a Biblioteca e Centro de Pesquisas América do Sul-Países Árabes (Bibli-ASPA), cuja sede na cidade de São Paulo foi inaugurada durante celebrações do Dia Nacional da Comunidade Árabe em 25 de mar-

ço de 2010. A proposta deste equipamento cultural é fortalecer as relações culturais entre povos árabes, africanos e sul-africanos, uma vez que a Bibli-ASPA resulta das ações da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), fundada em maio de 2005 na capital federal do Brasil.

As periferias mundiais passam a ter fala e a atuar de maneira coordenada entre países em desenvolvimento, mas sem desfazer os laços com os países do norte global. (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014, p. 126). Adentram em meio às estruturas da diplomacia e relações internacionais fundadas e conduzidas pelo Ocidente. Mas, distorcem e movem as estruturas ao reivindicar um lugar e ao colocar suas questões na mesa do debate. A criatura passa a cobrar espaço do criador. A crise econômica de 2008-2009 fez o mundo que se entende por “desenvolvido” buscar apoio na acumulação de capital da periferia. Os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) passam, então, a ser vistos como possibilidade. Mas, será que culturalmente seriam considerados como detentores de Cultura? Hipocrisia é atitude presente no jogo de poder entre os países. Exemplo é a própria Organização das Nações Unidas (ONU) cuja Assembleia Geral, em sua carta constitucional, atribui igualdade a cada país em termos de voto. Por outro lado, mantém um Conselho de Segurança com poder de veto apenas para cinco Estados nacionais (EUA, Inglaterra, França, Rússia e China) – os que de fato decidem os rumos dos grandes temas da política mundial, com destaque para a segurança. (SARDENBERG, 2013, p. 105).

A China está nesse grupo. Porém, hoje é vista como a ameaça global à supremacia estadunidense. Esse país-continente vive uma guerra comercial com os Estados Unidos. Tem sido conduzida por um regime comunista de partido único, cuja democracia ocidental não foi adotada como modelo de governança interna. Nos primeiros anos do século XXI, a China tem se posicionado como grande jogador e investidor em projetos em todas as regiões do mundo. A Nova Rota da Seda, por exemplo, é uma proposta de integração de infraestrutura de todos os continentes. A China espalhou, ao redor do planeta, Institutos Confúcius com o discurso de divulgar valores dessa personagem em diversos países.

Qual é, afinal, o projeto de poder da China?

Não há uma resposta fácil para essa pergunta. No entanto, não se pode falar em relações internacionais contemporâneas, sem mencionar o impacto que esse ator tem no teatro diplomático da atualidade. (XING; TIMOTHY, 2018, p. 43). O Brasil tem uma relação positiva com a China. Em 2009, esse país tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro. Ambos os países participam, por exemplo, do Brics e do Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China) – grupo que coordena posicionamentos na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. O que isso significa? São dois países culturalmente periféricos. Estão na estrutura de poder mundial, mas não são vistos como integrantes do centro. O Brasil, particularmente, é pós-colonial. Sua História e sua Língua nasceram antes da implantação das Capitâneas Hereditárias. É uma cópia mal fundada do modelo europeu. Está no conceito cunhado por Silvano Santiago de “entre-lugar” – um simulacro que pretende ser semelhante ao original com base no apagamento de suas culturas anteriores à chegada dos conquistadores europeus. (SANTIAGO, 2000, p.15).

Cabe pensar, então, como se tem construído o campo da diplomacia cultural em território pós-colonial. Antes de fazer essa discussão, recorre-se aos estudos de Homi Babha (1998), o qual advoga que “a pós-colonialidade, por sua vez, é um salutar lembrete das relações ‘neocoloniais’ remanescentes no interior da ‘nova’ ordem mundial e da divisão do trabalho multinacional”. (p.26). Também sobre o mesmo tema, as pesquisas de Arif Dirlik (1997) ajudam a compreender, de modo crítico, o conceito de pós-colonial.

[...] O pós-colonialismo, na direção particular que tomou como discurso, também ressoa os problemas do mundo contemporâneo. Aborda questões que podem ter estado sempre presentes em estudos globais, mas são agora reformuladas para se ajustar a questões do capitalismo global o eurocentrismo e sua relação com o capitalismo; o tipo de modernidade que é relevante para uma situação pós-moderna, pós-socialista, pós-Terceiro-Mundo; o lugar da nação em desenvolvimento; o relacionamento entre o local e o global, o lugar de limites e fronteiras em um mundo onde capital, produ-

ção e povos estão em constante movimentação; o *status* das estruturas em um mundo que mais do que nunca parece estar em estrutura reconhecível; interpenetrações e inversões entre os diferentes mundos; subjetividades e epistemologias (hibridismo) de fronteiras; homogeneidade *versus* heterogeneidade e assim por diante. (DIRLIK, 1997, p. 31).

Ao compreender esse cenário do mundo contemporâneo descrito por Dirlik (1997), algumas perguntas emergem: o que é diplomacia? O que é cultura? O mundo eurocêntrico ou ocidental aceita, pacificamente, a cultura brasileira em uma posição equivalente à sua? É bonito falar em diplomacia cultural. Ao se pensar no processo histórico da colonização, cuja cultura dos territórios dominados pelos países imperialistas foi por eles outorgada, mas sem esquecer tensões e hibridismos entre diversos modos de vida culturais dos povos subalternizados nesses espaços geográficos coloniais, falar em diplomacia cultural é dar voz a esses países no jogo discursivo de poder, ciente de que a condição de pós-colonialidade estará presente de modo intrínseco, pois é resultado histórico.

A diplomacia é setor de poder. Pensar diplomacia cultural é sugerir que um campo, cujo foco é político com interesse econômico, aceite a esfera simbólica – que é a matriz do campo cultural – como elemento estratégico para o jogo de poder entre as nações no espaço mundial. Consoante Said Saddiki (2009), a cultura é fator essencial nas relações internacionais do século XXI uma vez que além dos atores estatais, agentes não-estatais, a partir de interações culturais transnacionais podem gerar reforço de confiança e entendimento mútuo entre povos e nacionais – o que torna a diplomacia cultural um fator estratégico para isso. (p.116).

Diplomacia cultural é, também, campo de estudos em construção. A academia em nível mundial ainda está em processo de arquitetura deste objeto de pesquisa, o qual é, antes de tudo, interdisciplinar. Há oportunidade, portanto, para o desenvolvimento desta esfera. Defende-se tal proposta com base na observância da atuação de distintos países ao redor do mundo: ao trabalharem com diplomacia cultural, os Estados objetivam aproximar-se de outras nações e divulgar mundial-

mente suas identidades pátrias, construídas por suas elites dominantes, por meio de programas, projetos e manifestações artístico-culturais. Segundo o *website* do Itamaraty, a diplomacia cultural é trabalhada como um instrumento de aproximação entre povos com perspectiva de abertura de mercados para a indústria cultural e estabelecimento de vínculos entre culturas e línguas. Ademais, a diplomacia cultural divulga a cultura e as artes do país no exterior e estimula a cooperação cultural e a difusão da língua portuguesa. (MIN. RELAÇÕES EXTERIORES, 2020).

Observa-se, ademais, que a ampliação global do acesso à Internet tornou ainda mais relevante a diplomacia cultural como instrumento estratégico para políticas externas de Estados em todos os continentes. Mas, quem é, de fato, que realiza diplomacia cultural? Defende-se que são os Estados nacionais por meio dos ministérios de relações exteriores. Diplomacia cultural é um âmbito de elite cultural que legitima a nação como discurso de poder. É o centro que define que tipo de manifestação cultural será utilizado em seu escopo de atuação – o que remete à ideia de Michel Foucault (2004) de “governança do outro”, uma vez que estadistas definem que tipo de cultura, apropriando-se de elementos culturais feito pelas populações, em suas diferenças, deve ser exibido em outro país e como essa escolha, em muitos casos, define a cultura brasileira.

Nota-se, portanto, que há demanda por contemplação de diversos atores da diplomacia cultural. Não se pode limitar o foco de políticas culturais e diplomacia cultural ao campo da Literatura ou das Belas Artes. O Brasil tem, por fundamento, identidade nacional, construída por seus estadistas e alguns intelectuais e reafirmada por produtores culturais, artistas e cidadãos em geral, com base na diferença de culturas, a qual é experimentada no fazer científico, turístico, desportivo, educacional e artístico-cultural. Esses setores pertencem ao campo da diplomacia cultural, embora nem sempre sejam assim reconhecidos. Por sua vez, são áreas que podem agregar força ao projeto de desenvolvimento nacional e sustentável em curso desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, sem negligenciar suas incompletudes.

Com base nessa linha argumentativa emerge um problema: a gestão da diplomacia cultural brasileira tem sido realizada de modo instável, com alterações, e de forma dispersa. Assim, ela não tem acompanhado o grau de aprofundamento do processo de inserção internacional do Brasil na contemporaneidade, o qual fortaleceu a presença do País no mundo, tanto junto a entes multilaterais, quanto em relação a outros países. Deste modo, oportunidades de aprimoramento do campo da cultura nacional numa perspectiva global têm sido limitadas. Isso ocorre porque ainda há, no ambiente doméstico, fragilidade no tocante às políticas culturais. Para avançar na discussão sobre diplomacia cultural, é preciso pensar em suas fraquezas e limites. É o que será feito na seção a seguir.

## DIPLOMACIA CULTURAL: CONSCIÊNCIA DE SEUS LIMITES

James Williams publicou, em 2012, um livro intitulado: Pós-estruturalismo. Nesta obra, logo na introdução, o autor apresenta o que é o pós-estruturalismo e explica o objeto central deste movimento: o limite. Segundo Williams (2012),

[...] O limite é uma coisa inapreensível que só pode ser abordada por sua função de irrupção e mudança no âmago. Você não pode identificar o limite, mas pode rastrear seus efeitos. O pós-estruturalismo rastreia os efeitos de um limite definido como diferença. Aqui, “diferença” não é entendida no sentido estruturalista de diferença entre coisas identificáveis, mas no sentido de variações abertas (que são chamadas, às vezes, de processos de diferenciação, e, muitas vezes, diferenças puras). Esses efeitos são transformações, mudanças, reavaliações. O trabalho do limite é abrir o limite e mudar nosso senso de seu papel como verdade e valor estáveis. E se a vida tivesse diferentes padrões? E se nossas verdades estabelecidas fossem outras, não o suposto? Como podemos fazer coisas diferentes? (WILLIAMS, 2012, p.15).

Com base na reflexão pós-estruturalista sobre a cultura na contemporaneidade e, particularmente, a partir do excerto destacado anteriormente, faz-se diálogo com o tema do artigo e interroga-se: quais são os limites da diplomacia cul-

tural? Para discorrer sobre essa questão, é necessário pensar sobre essa prática. Retorna-se, então, para os quatro momentos históricos escolhidos para essa análise. No contexto da bipolarização das relações internacionais – o período posterior ao término da Segunda Guerra Mundial – a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) utilizou do recurso da propaganda política para interpelar outros países, e seus próprios integrantes, do discurso do Estado socialista como modelo de desenvolvimento mais justo que o capitalista. Para isso, recorreu ao cinema, por exemplo, como ferramenta de divulgação deste projeto político. O líder capitalista – os Estados Unidos da América – também utilizou da cultura como ferramenta para conquista de aliados. É nesse momento que o *American Way of Life* é utilizado como propaganda e meio de convencimento internacional de que a escolha do capitalismo como sistema político-econômico seria mais eficiente para as sociedades com base no seu modelo de sociedade de consumo, diferente da proposta de um Estado cuja propriedade privada não era o cerne – o caso da URSS e quiçá da China, nesse momento.

Ao olhar para outro período histórico, a partir da queda do Muro de Berlim, quando ocorre o apogeu do discurso da globalização, nota-se a ideia de fim de fronteiras como principal argumento utilizado pela mídia internacional a qual, nesse momento, já se espalhava por quase todas as partes do mundo, sobretudo por meio da televisão. Esses limites que a proposta ocidental de globalização advogava realmente seriam rompidos? O que é, de fato, esse projeto de globalização? É a inserção da dinâmica do capitalismo financeiro e transnacional como paradigma dominante liderado pelo Ocidente. Após a Guerra Fria, a Europa e o Japão, principais teatros das duas grandes guerras mundiais, com recursos pecuniários dos Estados Unidos, conseguiram reestruturar-se e novamente se inserir no âmbito de dominação geopolítico-ocidental.

A partir dos anos 1990, as elites econômicas desses países possuíam capitais que buscavam se proliferar em quaisquer espaços do planeta, cujas vantagens fossem obtidas. Começa-se então a perceber que os fatores culturais dos territórios em vista não poderiam ser menosprezados ou

olhados de cima para baixo. É aqui que o discurso de respeito à diferença cultural começa a ganhar mais força: essa etapa nada mais é do que uma nova fase do processo colonizador. No entanto, um projeto mais sofisticado que, para além de dizer o que o outro é – em alusão ao projeto do Orientalismo, decodificado por Edward Said (1990) –, afirma que peculiaridades culturais do outro são tão importantes quanto a cultura ocidental, branca, masculina e de olhos azuis. Ao incluir, discursivamente, o outro na mesa de negociações, impõe-se, de modo pacífico, a vontade de quem sempre deu as cartas no jogo de poder das relações internacionais. Não há globalização cultural. Há imposição do Ocidente em um discurso de respeito à diferença cultural como estratégia de camuflar a necessidade de que os subalternos geopolíticos aceitem as novas regras da flexibilidade das fronteiras econômicas demandadas pela necessidade de proliferação do capital por outros espaços.

Entretanto, a partir de 11 de setembro de 2001, esse discurso de que “todos somos iguais, em nossas diferenças” cai por terra. O outro – o bárbaro, o não civilizado, o terrorista – pode arruinar a proposta de ocidentalização do globo: é o outro que é fundamentalista religioso, por exemplo. É nesse momento que a temática da segurança passa ser prioridade na política externa dos Estados Unidos e começa a refletir com mais intensidade em seu cotidiano interno, mas também de países como o Brasil. João Pontes Nogueira e Nizar Messari (2005), ao estudarem as reflexões pós-modernas e pós-estruturalistas sobre o objeto das Relações Internacionais, afirmam que:

[...] Hoje em dia, por exemplo, percebemos como os discursos sobre os perigos da política mundial – uma especialidade dos estudiosos das Relações Internacionais – se mobilizam para incluir o terrorismo no rol das ameaças globais mais importantes. O discurso clássico das RI, contudo, sempre privilegiou ameaças oriundas de outros Estados e minimizou as que provinham de não atores não estatais como grupos terroristas. (p. 207).

Imbuída dessa temática mundial de segurança e medo, a violência urbana torna-se um dos grandes assuntos da mídia. É o fortalecimento do

medo do outro. E quem é esse outro? No Brasil, geralmente ele tem cor e classe social: é negro e pobre. O paradoxo fala: enquanto o discurso legitimador da globalização afirma que todas as culturas são importantes e podem conviver pacificamente, a realidade diz que a história não é bem assim. Há conflitos de classes, há interesses econômicos, há jogos de poder, há manutenção de estruturas dominantes e processos contínuos de subalternização de culturas. Consumo passa a ser a prioridade: impõe-se a ditadura das marcas e o império dos *shoppings centers* e supermercados como novas arenas sociais e práticas simbólico-econômicas. Como, então, pensar a diplomacia cultural diante dessas tensões?

Ainda não será debatido esse ponto. Retoma-se ao caso da China. Desde a década de 1970, esse país tem se aproximado e construído uma “economia socialista de mercado” – como afirmam. A questão do consumo retorna ao debate. Seria a China ainda comunista? O que é comunismo após o século 21? A China, em 2020, tem explanado diplomacia ousada e forte. O país passou a investir em todas as regiões do planeta, da África à América Latina, sem desconsiderar a sua região, a Ásia e outros espaços, como o Oriente Médio, a União Europeia e a América do Norte. Para exemplificar esse argumento, recorre-se a proposta da Nova Rota da Seda: projeto ambicioso de infraestrutura transacional que pretende ligar os continentes por meio de rotas terrestres e marítimas que retomaria e expandiria a antiga Rota da Seda, estrutura presente no período em que a China fora o grande centro da economia euroasiática, no oitavo milênio a.C.

A China da contemporaneidade quer retomar esse poder. No entanto, em termos estratégicos e de segurança, precisa do alinhamento com a Rússia para enfrentar um possível conflito bélico com as Forças Armadas dos Estados Unidos. O que acontece, agora, é uma guerra comercial entre EUA e China cujos demais países se articulam para obter vantagens nas relações com um ou outro país. Esse é o cenário das relações internacionais contemporâneas. E é aqui que a diplomacia cultural está inserida. O limite da diplomacia cultural é, a meu ver, a ilusão ou utopia de que um dia haverá

possibilidade de convivência pacífica entre os países. A proposta da diplomacia cultural é dar lugar de fala a todas as culturas, sem hierarquias. Mas, isso é quase impossível no mundo que se constituiu após a Segunda Guerra Mundial. Só é ouvido e respeitado o Ocidente porque a própria noção de cultura com C maiúsculo é europeia, é ocidental. Se a Cultura são “eles”, a diplomacia cultural dos povos subalternizados, pós-coloniais ou periféricos será, de fato, ouvida e aceita no mesmo patamar? Conseguirá a China ter poder cultural e ser aceita pelo Ocidente? Como se dá a questão de a China ter em território doméstico poder autoritário de ditaduras socialistas de mercado?

Por outro lado, o investimento em diplomacia cultural por parte de países pós-coloniais como o Brasil é uma estratégia de inserção internacional sábia: apenas a criatividade consegue mover estruturas dominantes. Mark (2009) alerta para a questão da necessidade dos investimentos pecuniários em diplomacia cultural para que esse campo possa, de fato, acontecer. O autor diz que França, Alemanha e Reino Unido têm longa história de investimento em diplomacia cultural na prática, ao contrário de Nova Zelândia e da Índia, que ainda não consolidaram esse campo em sua agenda de política externa. (p. 39). O problema é que o Brasil, embora se afirme como um país democrático, na verdade não o é – talvez nunca o tenha sido. Quem define a diplomacia cultural são os agentes do Estado. É a decisão de pequeno contingente de pessoas – altos funcionários estatais – que determina as peças de produção cultural que, de fato, serão conduzidas para o exterior e afirmada como brasileira. Mesmo que atores sociais se mobilizem em suas iniciativas de internacionalização cultural, não terá o mesmo peso que a ação tutelada pelo Estado brasileiro.

Isso é reflexo da fragilidade das próprias políticas culturais internas do Brasil. Os estudos sobre esse campo mostram que o Estado não consegue construir políticas para a cultura de maneira sólida. Os interesses dos condutores dos governos e de seus partidos políticos falam mais alto que os interesses dos componentes da esfera cultural. Se no âmbito interno não se consegue ter poder para atuar, no cenário internacional isso ainda é mais difícil.

Não há democracia no campo da produção cultural. Há um monopólio da produção de cultura cuja postura conciliadora do Estado não deseja romper.

## DILEMAS DA DIPLOMACIA CULTURAL BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE

Diplomacia cultural é campo político que tem sido objeto de reflexões acadêmicas em todos os continentes. (NOVAIS, 2014, p. 48.). No caso brasileiro, o setor que desenvolve a diplomacia cultural faz alguns estudos, com destaque para a publicação do Embaixador Edgar Telles Ribeiro, intitulado por “Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira”, publicado em 2011, pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), e o trabalho do Embaixador Acir Nogueira, “Instituto de Cultura como instrumento de diplomacia”, publicado em 2016, também pela FUNAG. Ambos os textos são discursos de diplomatas de carreira que atuaram na área cultural. Isso corrobora ao entendimento de que diplomacia é um campo político por natureza, com estudos acadêmicos com emergência na atualidade.

Quais seriam, portanto, as máscaras da diplomacia cultural oficial do Brasil? O discurso de valorização da diferença cultural e/ou a permanência do discurso do mito das três raças, como constituidoras da cultura brasileira e que convivem de modo pacífico e harmônico no território que já foi a América Portuguesa? Pode colaborar com essa desconstrução de pensamento e discurso hegemônicos, a importância de colocar os objetos em análise em contextos históricos e compará-los, como fez-se neste artigo. Nos quatro momentos escolhidos aqui, não houve movência de estruturas, nem de seus elementos: o ator que determina o que é diplomacia cultural é ainda o Estado brasileiro, o qual detém o poder de dizer sim aos projetos e ações culturais que são e serão usados estrategicamente para atingir outros fins que não os de intercâmbio simbólico entre culturas distintas. O mito do homem cordial brasileiro, na perspectiva de Sérgio Buarque de Holanda (2016), é, portanto, reforçado pela diplomacia cultural quando não se oportuniza ao marginal sua participação no processo decisório de que programas serão trabalha-



dos mundo afora ou que projetos culturais internacionais serão recepcionados no Brasil. As culturas marginais, às vezes, servem como plataforma para justificar a pseudodemocracia cultural que o país afirma, com orgulho, ter reconstruído a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

A força cultural do Brasil está em suas margens sociais. É de lá que surgiu o samba e de onde têm aparecido os melhores jogadores de futebol – dois exemplos da expressividade cultural brasileira no mundo. Stuart Hall (2003) afirmou o poder das margens culturais quando analisou o caso britânico, especificamente, sobre as discrepâncias entre o discurso multicultural e as tensões com as culturas imigrantes do Reino Unido – o que contradiz à História oficial britânica em sua defesa de que a Grã-Bretanha seja constituída por cultura homogênea até o momento posterior à Segunda Guerra Mundial quando imigrantes do Caribe e da Ásia passaram a construir uma diáspora para o território britânico. (p. 62).

A diplomacia cultural do Brasil ainda é muito tímida e voltada ao século 20. É preciso criar aberturas para novas possibilidades de desenvolvimento do campo cultural interno brasileiro. A criatividade é um aspecto cultural que pode ser observada em quase todos os cantos do país. É uma característica com potencial para melhoria da qualidade de vida das pessoas nesta atual conjuntura de imperialismo do dinheiro. Os intelectuais brasileiros precisam ser mais ativos na defesa de oportunidades para o campo da cultura. Se houver mais embate político-discursivo da intelectualidade brasileira em prol da cultura, talvez em um devir não tão longínquo, a diplomacia cultural poderá ter contribuído para com a liberação do sujeito que, por vezes, não se enxerga como cidadão e, desse modo, esses atores contribuirão para uma mudança da estrutura da diplomacia tradicional em um sentido antropofágico, tão característico da própria formação das culturas nos territórios colonizados pelo Ocidente.

Mas, os intelectuais não têm o mesmo poder que os tecnocratas possuem. Com a consolidação do modelo neoliberal de Estado, sobretudo a partir dos anos 1990, a busca da eficiência tem si-

do maior que um olhar crítico sobre as ações públicas. O intelectual, todavia, não pode perder seu principal mecanismo de atuação: a desconfiança e/ou a suspeita dos discursos absolutistas ou totalizantes que estão calcados em uma verdade inquestionável. O que está por trás da falta de interesse do Estado brasileiro em investir no campo da diplomacia cultural, com foco na concretização de oportunidades para as culturas marginais, é a permissão implícita de deixar que a indústria cultural realize esse papel. É a lógica de mercado que se sobrepõe sobre a lógica das políticas públicas. É o Estado neoliberal que se impõe sobre o Estado social, o qual deveria promover a cidadania cultural aos seus componentes: é o apogeu da democracia capitalista, a qual não projeta seus lucros sobre a pluralidade de significados, mas na capacidade de consumo por parte dos sujeitos. É a cultura vista como gasto pecuniário e não como afirmação internacional do ser brasileiro. É necessário, portanto, processo de genealogia da identidade cultural, com inspiração em Michel Foucault (1979) e seus estudos, sobre a relação entre Nietzsche, genealogia e história, por ação da intelectualidade, que compreenda como o Brasil tem investido em sua cultura após a emergência do discurso de globalização. Genealogia que fortaleça a pluralidade de significados das culturas, as quais vivem tensionadas em um dos países mais populosos e geograficamente maiores do mundo, quase um continente.

O entorno geográfico brasileiro é estratégico para a diplomacia cultural do País. Mas, falta concretizar o discurso da política externa sobre a integração sul-americana. Segundo Soares (2008), no caso da América do Sul, especificamente do Mercosul, a diplomacia cultural precisa avançar para além do discurso.

A diplomacia cultural exige a constituição de equipes integradas por *experts* com formação acadêmica de alto nível em temas culturais. Além dos diplomatas necessitarem ampliar seus conhecimentos sobre a cultura de seu próprio país, eles devem contar com assessores que conheçam as características culturais dos países com os quais se pretenda estreitar relações de confiança [...] O primeiro passo a ser dado para a criação de uma diplomacia cultural no Mercosul é o reconhecimento, por seus Estados-

membros, que a falta do terceiro pilar da integração, que é a cultura, é um grande obstáculo para o avanço do processo de integração. A diplomacia ‘discursiva’ sobre a cultura deve dar lugar a uma diplomacia cultural que utilize a cultura como fator de integração. (p. 67).

O vocábulo “abertura”, de inspiração pós-estruturalista (WILLIAMS, 2012), relaciona-se às novas culturas – as marginais – por parte dos tomadores de decisão dos rumos da diplomacia cultural oficial, pode trazer novas possibilidades ao País por meio da revitalização que é, ao mesmo tempo, uma transformação radical e arriscada. A mudança está nos limites. Neste caso, importa também a criação de novas epistemologias, as quais possibilitem agregar o termo cultural ao conceito tradicional de diplomacia. Para isso, talvez fosse necessária nova hermenêutica das relações internacionais para identificar o lugar e poder da cultura em momentos históricos distintos. Nos quatro períodos aqui apresentados, pudemos exercitar essa proposta. As estruturas moveram-se? A resposta foi dada anteriormente. O cubo permanece fixo, sem mobilidade. Esta, por sua vez, depende da mudança de valores – que ataca a raiz da formação cultural patriarcal brasileira. Há interesse nessa tarefa? Nesse sentido, a geopolítica do pensamento crítico da contemporaneidade nos incita a pensar na tarefa de criar consciência de estarmos no “entre-lugar” da ocidentalidade (SANTIAGO, 2000): não somos metrópole, somos pós-coloniais. Isso está de acordo ao entender de Gayatri Spivak:

No contexto pós-colonial global atual, nosso modelo deve ser o de uma crítica da cultura política, do culturalismo político, cujo veículo é a escritura de histórias legíveis, seja do discurso dominante, seja das histórias alternativas [...] A história não pode voltar atrás ou ser apagada com base na nostalgia. Refazer a história envolve uma negociação com as estruturas que produziram o indivíduo como agente da história. (SPIVAK, 1994, p. 199).

O internacionalismo, no atual contexto histórico de pós-colonialidade, é, pois, possibilidade de mudança de estrutura que permita ao subalterno dizer à metrópole, por meio da diplomacia cultural,

aquilo que por mais de quinhentos anos tem sido negligenciado: a barbárie foi o processo civilizatório, uma vez que, “bárbaros e civilizados não são mais pares antagônicos. Aliás, nunca o foram, sendo antes tipos de formações históricas que se engendram mutuamente”. (DUMOULIÉ, 2004, p. 38).

A diplomacia cultural também pode trazer benefícios econômicos. Em artigo publicado em 2019, Mônica Portella de Aguiar estudou os resultados de dois projetos desenvolvidos pelo Brasil e pela França, de modo bilateral, na década passada: o Ano do Brasil na França (2005) e o Ano da França no Brasil (2009).

[...] O Ano do Brasil na França teve o mérito de mostrar a diversidade e riqueza da cultura brasileira, para além do samba e do futebol. O mesmo aconteceu com a França, nação tecnologicamente desenvolvida, que não vive apenas de história. Em termos políticos, o Ano do Brasil na França e sua recíproca foram o motor e a consequência do estreitamento das relações bilaterais e da parceria estratégica entre os dois países. A cultura serviu aos interesses de ambos os governos, apresentando-se como uma continuação da política por outros meios. (p.252).

O desafio é, portanto, que a diplomacia cultural brasileira não prossiga com reprodução das formas ocidentais de atuação. É preciso criar um modelo com base na diversidade cultural brasileira.

## CONCLUSÕES

A diplomacia cultural é hoje um instrumento do jogo de poder dos Estados na arena das relações internacionais. Os fatores econômicos são os grandes norteadores das ações dos países por meio das definições das políticas externas e sustentadas pelos corpos diplomáticos. A cultura entra como um tema, uma possibilidade, uma estratégia de convencimento quando necessária. Investir no desenvolvimento de diplomacia cultural com foco numa valorização do simbólico como componente de política internacional é romper com a lógica dominante capitalista.

O Brasil não tem mostrado interesse em se afirmar como nação culturalmente soberana. Prevalece o discurso da diversidade/diferença, mas, na prática as áreas que ainda são valorizadas pela di-

plomacia cultural são as eruditas, com destaque para a produção literária. Concorde-se com a necessidade de difusão da língua portuguesa no exterior por meio da escrita haja vista não ser um idioma tão conhecido. Mas, priorizar esta área em detrimento de outras, a exemplo do setor audiovisual, é não aplicar o discurso da diversidade/diferença na prática. A pergunta que vem à tona é: os tomadores de decisão da área de diplomacia cultural do Brasil estão interessados na construção de um campo democrático para a cultura? Provavelmente não, pois, talvez não compreendam que é justamente esse campo que pode transgredir a ordem ocidental dominante.

Construir, portanto, o campo da diplomacia cultural brasileira é processo necessário na contemporaneidade. Qual seria o objetivo principal? Buscar intercâmbio e diálogo com outros fazeres culturais ou recorrer aos velhos mecanismos metropolitanos de dominação? Busca-se um novo neocolonismo com a intenção de conquistar o poder ocupado pelo Ocidente? A estrutura das relações internacionais contemporâneas está arquitetada no domínio estratégico, isto é, dos países possuidores de armamentos de destruição em massa e daquelas nações que possuem alto poder econômico. Esse poderio militar e econômico não abre espaço para diplomacias culturais pós-coloniais. Inspirado nas reflexões pós-estruturalistas de James Williams (2012), o limite está na construção de uma diplomacia cultural que não busque copiar as metrópoles.

É preciso superar os colonialismos e as servidões simbólicas que oprimem a criatividade dos cidadãos periféricos. Faz-se necessário, como afirmou, Frantz Fanon (2008), defender o fim das dominações entre os seres humanos. (p.180). A diplomacia cultural é peça-chave para isso pois a própria construção da cultura, por meio do intercâmbio, é processo dinâmico e de apropriação de elementos simbólico-culturais realizados por povos em diversos territórios e espaços geográficos do mundo. No entanto, é possível reconstruir o campo da diplomacia cultural no contexto de pós-colonialidade? Os intelectuais podem ajudar a superar esse dilema – tarefa que não é fácil, pois necessita, antes de tudo, da retirada de suas próprias máscaras.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. P. **O ano do Brasil na França e o da França no Brasil: os impactos econômicos da diplomacia cultural.** Revista Caderno de Campo, Araraquara, n.27, p. 235-256, jul-dez 2019. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/viewFile/12673/9070>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- BABHA, H. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- DIRLIK, A. **A aura pós-colonial: a crítica terceiro-mundista na era do capitalismo global.** Novos Estudos CEBRAP, n. 48, 1997, p. 7-32.
- DORATIOTO, F.; VIDIGAL, C. E. **História das Relações Internacionais do Brasil,** São Paulo: Saraiva, 2014.
- DUMOULIÉ, C. **Devir bárbaro ou potência do caos.** In.: PELBART, P.; LINS, D. (Orgs.). **Nietzsche e Deleuze: bárbaros e civilizados.** São Paulo: Annablume, 2004, p. 25-38.
- FANON, F. **Black skin, white masks.** Traduzido por: MARKMANN, Charles Lam. Londres: Pluto Press, 2008, 186 p.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.15-37. Tradução de: MACHADO, Roberto.
- FOUCAULT, M. **O que é a crítica?** In.: **Por uma vida não fascista.** Coletivo Sabotagem, 2004.
- FUKUYAMA, F. **The end of History and the last man.** New York: Macmillan, 1992.
- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG/Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Edição Crítica.
- HUNTINGTON, S. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial.** São Paulo: Objetiva, 1997. Tradução de: CÔRTEZ, M. H. C.

MAGNOLI, D. **O mundo contemporâneo**: os grandes acontecimentos mundiais da guerra fria aos nossos dias. São Paulo: Atual, 2004.

MADEIRA FILHO, A. P. **Instituto de Cultura como instrumento de diplomacia**. Brasília: FUNAG, 2016, 228 folhas (Curso de Altos Estudos).

MARK, S. **A great role for cultural diplomacy**. Discussion papers in cultural diplomacy. Groningen: Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael' and Antwerp University, 2009. Disponível em: <<https://www.clingendael.org/publication/greater-role-cultural-diplomacy>>. Acesso em: 10 set. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Diplomacia cultural, 2020**. Sítio produzido pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/diplomacia-cultural-mre/19484-diplomacia-cultural>>. Acesso em: 10 set. 2020.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOVAIS, B. V. **Caminhos trilhados, horizontes possíveis**: um olhar sobre a diplomacia cultural do Estado brasileiro no período de 2003 a 2010. 2013. 247 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, 2014.

RIBEIRO, E. T. **Diplomacia cultural**: seu papel na política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2011.

SADDIKI, S. **El papel de la diplomacia cultural en las relaciones internacionales**, Revista CIDOB

d'affers internacionals, Barcelona, n.88, p.107-118, 2009. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40586505>>. Acesso em: 10 set. 2020.

SAID, E. **O âmbito do orientalismo**. In.: *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 41-82.

SAID, E. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTIAGO, S. **O entre-lugar do discurso latino-americano**. In.: *Uma literatura nos trópicos: ensaio sobre a dependência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 9-26.

SARDENBERG, R. M. **O Brasil e as Nações Unidas**. Funag: Brasília, 2013, 135 p.

SOARES, M. S. A. **A diplomacia cultural no Mercosul**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 51, p. 53-69, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n1/a03v51n1.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2020.

SPIVAK, G. Quem reivindica a alteridade? In.: *HOLLANDA, Heloísa. (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 187-205.

VIZENTINI, P. F. **Relações Internacionais do Brasil**: de Vargas a Lula. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2012, p.83-117.

XING, L.; SHAW, T. O sonho chinês versus o sonho americano no reordenamento mundial: mesma cama? Sonhos distintos? In.: *VADELL, Javier (Org.). A expansão econômica e política na China no século XXI*. Belo Horizonte: Editora PUC-MG, 2018.